

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 162ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/11/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Gilda Carneiro Ferreira (T) Milton José Hussni Machado Luz (S)
ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (S) Sônia Maria Nogueira e Silva (S)
AEAAV	Fernando Luiz Torsani (S) Hélio Bortoletto Júnior (S)
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti (T)
Apta/SAA	Adriana Saciotto Marcantonio (S)
ASSEMAE	Luis Cláudio de Assis (T) Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S) Tarciani Benedita baia Santos (S)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
Cooperativas de Holambra	Fernando Ruiter (T) Petrus Bartholomeus Weel (S)
COPLACANA	José Rodolfo Penatti (T)
DAE - Jundiaí	André Feliciano de Lira (T) Talita Rodrigues (S)
EMBRAPA	Anderson Soares Pereira (T)
IAC	Isabella Clerici de Maria (T)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
P.M. de Itatiba	Ricardo Pires Staningher (T)
P.M. de Jaguariúna	Tiago Henrique Palheta Nery da Silva (S)
P.M. de Limeira	Matheus Luis Docema (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T)
P.M. de Torrinha	Guilherme Dalfito Ramos (T)
SABESP	Saulo de Assis Maia (T)
SANASA	Tarciani Benedita baia Santos (T) Luis Cláudio de Assis (S) Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
SEMIL/CFB	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (S)
Sindicato Rural de Atibaia	Julio Takashi Kikuchi (S)
Sindicato Rural de Campinas	Nilton Piccin (S)
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (T)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)

Membros ausentes	
Entidade	

CATI	
CMDR - Rio Claro	
DAAE Rio Claro	
IPSA-C	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Salto	
Pró-Flor Atibaia	
Rotary International - D4590	
SAA	
SEMAE	
Sindicato Rural de Monte Mor	
UNICAMP	

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
P.M. de Piracicaba	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruna Petrini
	Camila Souza
	Fabio Coca
	Gabriela Salata
	Jaqueline Costa
	Kaique Barretto
	Leonardo Baumgratz
	Livia Modolo
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Tainá Moura
	Vanessa Longato
UFSCar	Homel Pedrosa Marques

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte e sete dias de novembro de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 162ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 19 de novembro de 2024. **1. Abertura da 162ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural):** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 162ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/11/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

informou a existência de quórum para o início da reunião e agradeceu a presença de todos. Na sequência, o Sr. João Primo Baraldi informou a necessidade de atualização da pauta devido a um conflito de agenda do palestrante da FUNASA, no qual foi necessário realizar uma alteração no item 4 da pauta. Com a mudança, o tema da palestra passou a ser "Projeto Nascentes Rio Claro", ministrada pelo Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Prefeitura Municipal de Rio Claro e coordenador do Grupo de Trabalho Cartilha da Segurança da Água no Meio Rural (GT-Cartilha) da CT-Rural. A nova pauta foi submetida aos membros, sendo aprovada por unanimidade. Com essas alterações a pauta foi conduzida da seguinte forma: 1. Abertura; 2. Informes (da coordenação, dos membros e da Secretaria Executiva); 3. Aprovação da minuta de ata da 161ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 27/09/24, via videoconferência; 4. Palestra: Projeto Nascentes Rio Claro; 5. Outros assuntos; 6. Encerramento. **2. Informes:** O Sr. João Baraldi passou para os informes. **2.1. da Coordenação da CT-Rural:** Não houve informes. **2.1.1 sobre o Plano de Trabalho:** A Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) informou que a pedido do Sr. Denis Herrison da Silva, Secretário Executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, foi reservado um espaço na pauta de informes da coordenação, para repasses aos membros sobre o andamento das ações previstas no Plano de Trabalho ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 471/24, de 05/04/2024](#)). Explicou que o Plano de Trabalho é elaborado a cada dois anos e o intuito deste informe é atualizar os membros sobre o andamento das atividades. Comentou que o plano é composto por três categorias: **i.** Categoria A (Demandas da Secretaria Executiva); **ii.** Categoria B (Temas para discussão) e **iii.** Categoria C (Eventos). Na sequência, o Sr. João Baraldi informou sobre o andamento das quatro ações do plano, sendo: **i.** Uso Racional da água e tratamento de efluentes no ambiente Rural: está em andamento e é realizada por meio de palestras em eventos e reuniões CT-Rural; **ii.** Boas Práticas Agropecuárias (BPA): está em fase de ajustes, com as correções no folder sendo discutidas pelo Grupo de Trabalho da Cartilha da Segurança da Água no Meio Rural (GT-Cartilha); **iii.** Políticas Públicas voltadas à adequação ambiental da propriedade Rural: está

pendente; **iv.** Segurança da qualidade da água de abastecimento no meio rural: está em processo de discussão nos Grupos de Trabalho da Portaria 888/21 (GT-Portaria) e da Cartilha (GT-Cartilha) no âmbito da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. **2.2. dos Coordenadores de grupo:** O Sr. Miguel, coordenador do GT-Cartilha mencionou que a cartilha, antes em formato tradicional, foi reformulada para um folder, visando tornar as informações mais acessíveis e práticas. Explicou que o folder "Propriedade Rural Amiga da Água" tem como objetivo conscientizar os produtores rurais sobre o uso sustentável da água, com uma comunicação visual clara e objetiva. O material ainda está em fase de ajustes, o que levou ao adiamento da reunião do GT-Cartilha. Informou que a previsão é que o material seja apresentado e distribuído em um evento em 2025, previsto no Plano de Trabalho da CT-Rural, com a entrega sendo acompanhada por uma capacitação dos profissionais da CATI, que irão instruir sobre o uso e a conservação da água aos produtores rurais. **2.3. dos Membros:** **a)** O Sr. Miguel informou que participou do 1º Congresso Nacional de Saneamento Rural, que ocorreu de 20 a 22 de novembro de 2024, em Juazeiro/BA; **b)** O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Cooperativas de Holambra informou que juntamente com o Sr. Miguel participou do 1º Congresso Nacional de Saneamento Rural. Comentou que foi possível obter atualizações sobre as iniciativas em andamento no Brasil, com ênfase nos avanços significativos no abastecimento de água, bem como na atual prioridade voltada para a melhoria do saneamento e do tratamento de esgoto. Mencionou a palestra da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que relatou seu retorno às atividades, mas com um número reduzido de funcionários, o que tem dificultado a implementação de projetos e ideias. Informou que a FUNASA, possivelmente em 2025, com a contratação de mais funcionários, buscará recursos junto ao governo para viabilizar o saneamento rural. **2.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** Na sequência, o Sr. João Baraldi passou a palavra para a Sra. Nathalia Teles da Silva Corá, da equipe de apoio às CTs da SE/PCJ, para realizar os seguintes informes: **a) Alteração dos representantes na CT-Rural:** informou que entre a última reunião da CT-Rural e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes do seguinte

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 162ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/11/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

membro: i. **SEMAE**: solicitando a inclusão do Sr. Rômulo Mota Teixeira para representante titular em substituição a Sra. Aline de Camargo Castilho, e a remoção dos Srs. Paulo Cesar de Almeida Leite, João Vitor Santos Roesner e Renato Natalio Cardoso. Como essas alterações são de entidade já participante, destacou que não cabe aprovação, sendo o informe apenas para ciência dos demais membros da CT. Em seguida, ressaltou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21), serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foram excluídas as seguintes entidades da CT-Rural: i. União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA); ii. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Informou que o membro excluído só poderá voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato (2025-2027); **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ**: Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ**: Informou sobre a próxima reunião no âmbito dos Plenários dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que

queiram participar como ouvintes, sendo: 32ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ1) no dia 10/12/24, às 9h30, no Centro de Eventos da Secretaria de Cultura em Louveira/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **d) Próximas reuniões da CT-Rural**: informou as próximas reuniões da CT-Rural do 1º semestre de 2025, previstas para o dia 14/02/2025 por videoconferência, 28/03/2025 por videoconferência e 23/05/2025 presencial, em Valinhos/SP. Mais informações podem ser consultadas na [agenda](#) da CT-Rural site dos Comitês PCJ. **3. Aprovação da minuta de Ata da 161ª Reunião Ordinária, realizada em 27/09/2024**: O Sr. João Baraldi informou que a minuta da ata da 161ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 27/09/2024, por videoconferência, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou os membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Na sequência, abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, o Sr. João Baraldi colocou em votação a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade. **4. Projeto Nascentes Rio Claro**: O Sr. Miguel informou que o projeto tem como objetivo recuperar e proteger os recursos hídricos do município, com foco em quatro microbacias, que já receberam aprovação de recursos pelos editais dos Comitês PCJ. As microbacias Nascentes Ajapi, Nascentes Batalha e Nascentes Jacutinga são as primeiras contempladas. O nome "Nascentes Ajapi" faz referência ao Ribeirão Claro que abastece 40% (quarenta por cento) da cidade e enfrenta sérias dificuldades devido à seca, com a captação de água praticamente zerada. Após um longo período de espera, causado por questões judiciais, o projeto avançou. Na próxima reunião, marcada para dezembro, o Sr. Miguel informou que será apresentada a empresa responsável pela execução do Plano de Integração de Propriedades (PIP) aos produtores locais. A principal solução adotada será a construção de barraginhas, uma medida eficiente e rápida para recuperar o lençol freático e melhorar a vazão dos rios. Apesar dos desafios financeiros, com um custo estimado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por propriedade, o projeto contempla a implementação de ações como a troca de fossas, construção de barraginhas e cercamentos. Informou que além dos Comitês PCJ,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 162ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/11/2024 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

buscam outras parcerias para garantir a implantação do plano e a sustentabilidade dos recursos hídricos da região ([link](#)). **5. Outros assuntos:** O Sr. Miguel fez um breve relato sobre a apresentação do Plano Municipal de Saneamento Rural nos Comitês PCJ realizada no 1º Congresso Nacional de Saneamento Rural. Destacou o progresso na inclusão da área rural nas políticas de saneamento apresentando uma linha do tempo com os principais acontecimentos que ocorreram no PCJ até os dias atuais. Atualmente, os Comitês PCJ estão financiando planos municipais de saneamento licitados e aprovados por deliberação, e os recursos já estão sendo aplicados. Informou que em 2007, a Lei nº 11.445 tornou obrigatória a elaboração dos planos municipais de saneamento, mas inicialmente excluiu as áreas rurais. Em 2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) passou a incluir o saneamento rural, iniciando um movimento de integração do campo às políticas públicas. Em 2015, os Comitês PCJ aprovaram a Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Proteção dos Mananciais ([link](#)), em que foi incorporada o saneamento rural. Em 2017, começaram as discussões para a elaboração dos planos municipais de saneamento rural, com apoio de diversas entidades. O novo marco legal do saneamento (Lei nº 14.026 de 2020) incluiu as áreas rurais. Comentou que até 2024, 21 planos foram aprovados, com alguns em licitação e execução. Contudo, explicou que as licitações com valores baixos ainda dificultam a execução dos serviços em alguns municípios. Apesar disso, os Comitês PCJ seguem avançando na universalização do saneamento, beneficiando tanto áreas urbanas quanto rurais. Nesse sentido, o Sr. Petrus explicou que o trabalho no saneamento rural dentro do PCJ teve início em 2017, com base em iniciativas lançadas em 2016, com apoio da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e o município de Holambra. A primeira ação foi a criação de um plano básico de saneamento rural, desenvolvido em parceria com a ABES e voluntários. Esse plano foi elaborado de forma simples e de baixo custo para ser acessível e adaptável às necessidades de cada município. Em 2017, foi implementado um projeto piloto em Holambra, com a instalação de 166 biodigestores, adquiridos a um custo reduzido pela prefeitura com apoio da comunidade, utilizando recursos próprios e mão de obra local.

Explicou que a manutenção mínima dos biodigestores é uma solução viável e de baixo custo para o saneamento rural. Ressaltou que com a colaboração das prefeituras e a participação comunitária é possível expandir o saneamento rural de forma sustentável e econômica. Mencionou a importância de capacitar as equipes locais para garantir a continuidade do projeto. Reforçou que em áreas mais urbanizadas, há a possibilidade de integrar o saneamento rural ao sistema urbano existente, aproveitando a infraestrutura disponível. O projeto segue avançando, com o apoio de vários parceiros, e tem se mostrado um exemplo positivo de como implementar o saneamento rural de forma eficaz e acessível. Na sequência, a Sra. Sônia Maria Nogueira e Silva, representante da ABES informou sobre o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) acompanhado pela Sra. Eliana Kitahara, representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Comentou que a Sra. Eliana conseguiu envolver cinco comunidades isoladas em Eldorado em uma campanha de educação sanitária, mas ainda faltam recursos para implementar o sistema. Destacou que foram recebidos R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para a campanha, mas a implantação do SISAR depende de mais recursos. Sugeriu que a Sra. Eliana apresentasse os avanços e resultados do projeto na próxima reunião da CT-Rural, incluindo as legislações que viabilizam a implementação do sistema. Diante disso, a Sra. Vanessa Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (CASGRH) da Agência PCJ informou que as empresas podem apresentar projetos, melhorias ou novas tecnologias para as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, mas sem finalidade comercial. Na sequência, o Sr. Miguel mencionou sua participação no Grupo de trabalho Análise de Empreendimentos (GT-Análise de Empreendimentos) e destacou que comparou os pleitos de Limeira e Rio Claro, destacando que Rio Claro tem uma área rural de 450 km² (quatrocentos e cinquenta quilômetros quadrados) e uma população de aproximadamente 4 mil pessoas, enquanto Limeira tem 413 km² (quatrocentos e treze quilômetros quadrados) e provavelmente uma população maior, embora o dado não tenha sido fornecido. Informou que o orçamento de Rio Claro foi de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), enquanto o de Limeira foi de R\$ 1.100.000,00 (um

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 162ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/11/2024 - 9h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

milhão e cem mil reais), nesse sentido, o Sr. Miguel disse que questionou essa diferença de valores e o orçamento de Limeira foi devolvido para ajustes e, até o momento, não retornou ao grupo de análise. Destacou a importância de ser condizente com os recursos públicos e afirmou que, para o tratamento de efluentes na área rural, as opções viáveis são o biodigestor ou a fossa séptica. O biodigestor, completo com caixa de secagem, custa menos de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), enquanto a fossa séptica modelo Embrapa fica em torno de R\$ 3.000,00 (três mil reais), exigindo mais manutenção para garantir eficiência. Além disso, mencionou uma empresa local que fabrica estações compactas de tratamento de esgoto e está desenvolvendo o tratamento de água para áreas isoladas e coletivas. Informou que ainda não obteve detalhes sobre a eficiência e custos desses sistemas, mas planeja agendar uma visita para obter mais informações. Em seguida, o Sr. Matheus Docema, representante da Prefeitura Municipal de Limeira (P.M de Limeira) informou que o departamento de extensão rural está elaborando o plano de saneamento com o apoio de dois engenheiros, e justificou o orçamento elevado, destacando que Limeira possui 2.800 (duas mil e oitocentas) propriedades com Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que impacta no custo. Retificou a área do município, que abrange 500 km² (quinhentos quilômetros quadrados) de área rural e 80 km² (oitenta quilômetros quadrados) de área urbana. Mencionou uma experiência anterior com um plano feito por uma empresa por R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), que não teve sucesso devido ao valor insuficiente para um trabalho de qualidade. Ressaltou que, embora o orçamento seja alto, está de acordo com os cálculos da equipe técnica, garantindo responsabilidade fiscal e o uso adequado do recurso público. Destacou que a empresa vencedora deve realizar visitas às 2.800 (duas mil e oitocentas) propriedades para assegurar um trabalho alinhado à realidade local. Diante disso, o Sr. Miguel comentou que seria necessário arrumar algumas informações em relação ao memorial de cálculo e o Sr. Matheus informou que esses dados serão atualizados. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Melissa Pin Lucheti Sampaio
Coordenadora-adjunta da CT-Rural